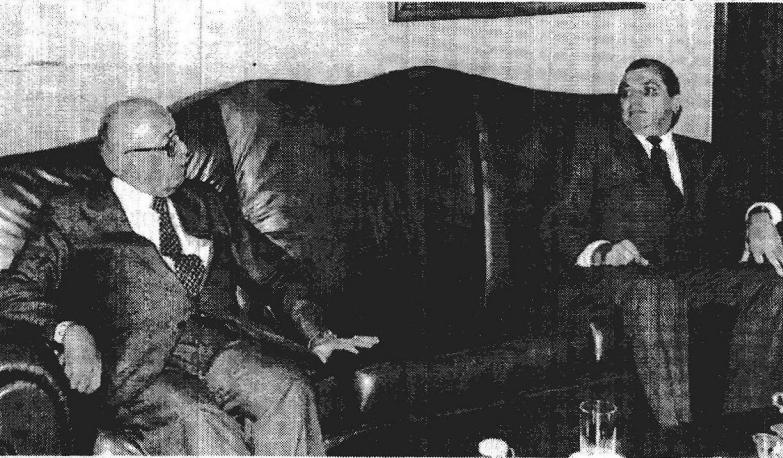


# PMDB quer presidir revisão constitucional

José Varella/AE



*Objetivo do partido é impedir que Inocêncio Oliveira, do PFL, comande os trabalhos*

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), disse ontem em Salvador que o partido fará tudo para impedir que o novo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), dirija os trabalhos da revisão constitucional a partir de outubro deste ano. O posto, segundo ele, está reservado para o novo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Correia acha que Inocêncio está sendo inábil ao antecipar a discussão sobre o assunto. O novo presidente da Câmara anunciou na quinta-feira, dois dias depois de eleito, que pretende comandar a revisão constitucional.

Correia explicou que a definição sobre o comando da revisão constitucional só vai ocorrer quando deputados e senadores se reunirem, unicameralmente, para estabelecer o regimento interno dos trabalhos. Para o líder do PMDB, se na revisão constitucional o Senado e a Câmara formarão um corpo só, "o nome natural para encaminhar as mudanças na Constituição é o do presidente do Congresso, no caso o senador Humberto Lucena".

Genebaldo sabe que não vai ser uma batalha fácil. Ele contestou a tese de Inocêncio sobre a supremacia dos deputados em relação

aos senadores para decidir a matéria. "Na hora de decidir, seremos todos constituintes outra vez e vai ganhar a parada quem melhor se articular em plenário", disse. O líder do PMDB não acredita que o bloco que apoiou Inocêncio nas eleições para a Câmara vai continuar monolítico: "A votação de Inocêncio não refletiu o perfil político da Câmara."

Inocêncio ficou sabendo ontem, em Brasília, que já pode se preparar para assumir interinamente a Presidência da República: o presidente Itamar Franco tem duas viagens internacionais previstas, uma para a Bolívia, dia

17, e outra para Portugal, ainda sem data. Ele recebeu a informação do próprio Itamar, durante encontro no Palácio do Planalto, do qual também participou Lucena. Assessores dos dois parlamentares, que não deram entrevistas, classificaram o encontro como "cordial".

Antes de ir ao Planalto, Lucena reafirmou que não recuará "um milímetro" de sua posição, segundo a qual, como presidente do Congresso, lhe cabe também presidir a assembleia revisora. Depois da audiência no Planalto, mandou dizer que não quer mais polemizar em torno do assunto.

## Pólos opostos

*Lucena e Inocêncio no encontro com Itamar: opiniões diferentes sobre o comando da revisão constitucional*

## Para juristas, tarefa cabe de fato ao Senado

Na avaliação dos juristas Miguel Reale e Celso Bastos, é competência do Senado presidir a revisão constitucional a partir de outubro, e não da Câmara dos Deputados, como quer o novo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Reale explicou que o artigo 3º das Disposições Transitórias estabelece que a revisão seja feita pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso (metade mais um), em sessão unicameral. "Toda vez que Câmara e Senado trabalham conjuntamente, as sessões são presididas pelo presidente do Senado", justificou.

Bastos é mais específico. Embora admita que existe uma omissão nas Disposições Transitórias sobre quem deve presidir a revisão, o jurista acredita que, por analogia a uma outra lei, esta incumbência deve ser entregue ao presidente do Senado. Segundo Bastos, o parágrafo 5º do artigo 57 diz que a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo presidente do Senado em alguns casos previstos em lei onde é necessária a reunião da Câmara e Senado, como na elaboração do regimento e na criação de serviços comuns às duas casas.

"Para que o presidente da Câmara presidisse a revisão, ele teria que provar que a revisão é um caso excepcional", afirmou. Bastos acha injusto que o impasse seja decidido pelo voto. "É claro que, se a Câmara e o Senado votarem essa questão, o Senado sairá em desvantagem, pois tem um número menor de membros", explicou. Para o jurista, seria mais adequado levar o caso à apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF).